

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modernização, Cotidiano e Cultura Material em Campina Grande – Pb (1930-1950)

Severino Cabral Filho*

Resumo: O nosso objetivo com esta comunicação é abordarmos aspectos do cotidiano na cidade de Campina Grande, Paraíba, entre os anos 1930-1950, considerando os impactos de um processo de modernização verificado nesta cidade graças à cultura do algodão, registrado por imagens fotográficas. Apresentamos aspectos de sua cultura material marcada por permanências e mudanças, pela implementação de equipamentos os mais diversos, responsáveis por transformações sociais, econômicas, políticas e mentais.

Palavras-chave: Campina Grande; Fotografia; Cultura Material.

Abstract: Our purpose with this work is to bring up aspects of the everyday life in the city of Campina Grande, Paraíba, between the 1930's and 1950's, considering the impacts of a modernization process that happened in this city as a consequence of the cotton production, documented through photographs. We present aspects of the city's material culture characterized by permanencies and changes, by the implementation of many different types of equipments, which were responsible for social, economic, political and mental transformations.

Keywords: Campina Grande; Photograph; Material Culture.

A experiência vivida em Campina Grande entre os anos 1930 e 1950 em que, graças ao comércio do algodão, a cidade experimentou um considerável crescimento econômico, nos faz deparar com objetos e acontecimentos que nos dão a conhecer mudanças significativas no cotidiano desta sociedade, ainda que reconheçamos que determinadas práticas sociais não sofreram alterações em contato com as novidades.

Muitos desses acontecimentos e os seus objetos podem ser inventariados através das muitas imagens que nos foram legadas pelos contemporâneos deste contato da cidade com tantos símbolos modernos.

Michel de Certeau revelou as ações dos indivíduos no jogo das práticas sociais, as suas 'maneiras de fazer' diárias como ferramentas capazes de inventar o cotidiano, resultado do jogo de relações de força, de luta por espaço e poder no qual se digladiam as *estratégias* disciplinadoras, próprias para o exercício do controle, projetadas pelos produtores, e as *táticas*

* O autor é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Professor na Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

para sobrevivência e auto defesa que os consumidores acionam – “procedimentos populares” de feição antidisciplinar – e que correspondem a ações calculadas, praticadas nos terrenos que lhe são impostos. As *táticas* se insinuariam dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado, operando golpe por golpe, aproveitando todos os espaços e ocasiões conquistadas, sempre vigilantes e à espera das falhas do poder proprietário. Portanto, seria nesta esfera de conflitos, marcada por ataques e contra ataques, que a vida cotidiana se manifestaria, definindo nos pequenos espaços disputados diariamente minúsculas, parciais e efêmeras vitórias.

Em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, Fernand Braudel demonstra que a *civilização material*, “esta zona espessa, rente ao chão”, localiza-se sob o grande mercado, constituindo-se em atividade elementar dispersa por todos os lugares.

Nesse cenário, onde se encontram tanto questões relativas ao grande mercado, organizado por aqueles que “falseiam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida; voluntária e até involuntariamente, criam anomalias, ‘turbulências’, e têm maneiras muito suas de tratar dos seus assuntos”, encontra-se também a luta das pessoas em busca da sobrevivência; os prazeres dos mais ricos e a penúria dos mais pobres. As modificações e as permanências nos hábitos acontecendo ao sabor desses acontecimentos, pondo em paralelo os ricos e os pobres.

A vida material, marcada pelos fatos miúdos que quase não deixam marcas no tempo e no espaço, impõe-se no interior da grande “civilização econômica” (representada na economia de mercado, o domínio por excelência do capitalismo); e estes “fatos miúdos” costumam insurgir-se contra a “civilização econômica”, burlando-a, perturbando-a, contradizendo-a.

Assim, *vida material* significa homens e coisas (os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade), isto é, aquilo de que se servem os homens. Acompanhar esta relação é uma maneira de se avaliar as suas existências. O seu contato direto com a materialidade reflexa nos objetos componentes do seu mundo dá margem para que pensemos sobre os seus desejos, suas necessidades e as possibilidades de satisfazê-las ou não.

A cultura do algodão comandou a economia e exerceu forte influência sobre a vida cotidiana em Campina Grande durante a maior parte do período histórico para o qual estamos nos voltando, marcando aquela sociedade e condicionando, sob vários aspectos, determinadas atitudes de moradores da cidade.¹

¹ Ao nos reportarmos à vida econômica e à vida cotidiana nos valem das formulações feitas por Fernand Braudel, apresentadas acima.

Essa importância atribuída ao algodão pode ser percebida nos artigos de jornais locais que repetiam à exaustão a relação entre o progresso da cidade com o seu comércio algodoeiro, que alimentava as indústrias têxteis da Europa no período entre - guerras; nos depoimentos dos contemporâneos desses eventos; nos relatos dos memorialistas; nas demonstrações contábeis das administrações estadual e municipal publicadas pela imprensa, reveladoras de aportes significativos de recursos aos cofres públicos advindos das empresas negociadoras do algodão. Mas, pensamos que sem o trabalho dos fotógrafos que registraram ruas centrais da cidade servindo de depósitos para os fardos de algodão, as usinas beneficiadoras, as prensas, as máquinas, os escritórios das empresas, fazendo-os aparecer como um atestado visual desse contato direto de um produto com uma cidade, talvez essa relação não tivesse permanecido com tanta força, o que nos incentiva a desdobrá-la em busca da revelação de novos significados para aquela época. Pelo menos é ao que nos conduz uma fotografia como a que apresentamos agora. Afinal, como nos lembra Pierre Bourdieu,

comprender adecuadamente una fotografía. no es solamente recuperar las significaciones que proclama (es decir, en cierta medida, las intenciones explícitas de su autor), es también, descifrar el excedente de significación que revela, en la medida en que participa de la simbólica de una época (BOURDIEU, 2003:44).

Esta fotografia nos mostra um espaço urbano onde foi concentrada uma parte significativa da riqueza auferida com o comércio internacional do algodão. Estamos no ano de 1936, na Rua do Algodão.² Nome significativo: um produto, cuja presença tão ostensiva, serve para marcar política e simbolicamente o território de uma cidade.

Por meio de uma foto posada, o fotógrafo (cuja identidade desconhecemos) amalgamou o cenário urbano, homens e algodão como um uno indivisível. Os capitães do algodão aparecem através das fachadas simples de dois dos edifícios onde podemos ler “Exportador de Algodão João de Vasconcellos”, e “Escritório João Leôncio”³; se fazem representar também através de um dos mais caros símbolos de poder e de modernização: o automóvel (do qual apenas podemos ver uma parte de sua face lateral esquerda), talvez propriedade de algum desses senhores, que passaram a incluir nos seus hábitos de consumo produtos cada vez mais sofisticados, ampliando os horizontes de sua vida material.

² Atualmente Rua Marquês do Herval. O local exato da concentração do algodão ficava, segundo nos informa Dr. Bezerra de Carvalho, um nosso entrevistado, na confluência das ruas João Pessoa e Marquês do Herval.

³ Epaminondas Câmara cita João Leôncio de Castro como um destacado comerciante campinense; ele não faz referência a João de Vasconcellos mas, em nota, explica e se desculpa com os seus leitores informando que “Nessa relação não poderiam, por escassez de espaço, figurar todos os comerciantes, proprietários e fazendeiros do município num longo período de trinta anos. Citamos apenas os nomes que nos vieram à memória”. (CÂMARA, 1988:115). Todavia, o fato do empresário João de Vasconcellos fazer destacar no frontispício do seu escritório “Exportador de Algodão”, já denota a importância de sua posição naquele universo.



Rua do Algodão em Campina Grande (1936). Anônima.
Acervo: Dr. Severino Bezerra de Carvalho.

À direita dos primeiros fardos de algodão, vemos um homem de camisa mangas curtas, aparentemente mais limpa que as camisas dos demais, e uma gravata borboleta. O uso dessa gravata o destaca, e nos leva a pensar que o seu dono seja um trabalhador de escritório de uma daquelas empresas; afinal, não era incomum o uso desse adereço entre contadores, apontadores e gerentes, enfim, trabalhadores de escritórios nesse período. Certamente é um símbolo que o diferencia da massa dos trabalhadores, adultos e crianças, que a imagem retrata. O relógio no seu pulso esquerdo é um objeto que serve também para diferenciá-lo simbolicamente, uma vez que marca a sua posição entre as demais pessoas retratadas. Ali, representando os patrões e comandando empregados, ele deveria ser o senhor do tempo do trabalho.

Os homens postados à sua retaguarda guardam em muito se assemelham: as suas roupas de trabalho e os seus chapéus são muito parecidos. Atentemos para a forma arredondada que muitos desses chapéus têm: são próprios de carregadores (ou chapeados) dos fardos de algodão. Esses chapéus eram preparados com uma camada de algodão, tecido ou qualquer material de forma que servisse como um anteparo amaciado capaz de oferecer alguma proteção para a cabeça do seu portador contra o peso do fardo que estivesse conduzindo.

Os homens apresentados nesta fotografia estão em contato direto com o símbolo maior da riqueza de uma pequena parcela daquela população. A proximidade física com esse produto, a possibilidade de esparramar-se sobre ele; sentar-se ou ficar de pé sobre aquela riqueza pode indicar uma impossibilidade e um desejo: a impossibilidade da aceitação daquela riqueza como pertencente à cidade ou ao povo de Campina Grande como, aliás, gostavam de pregar alguns articulistas da imprensa campinense, e um desejo de, realmente, ter acesso direto a tal riqueza.

Há, ainda, dois veículos: o que está no primeiro plano, um automóvel, produto de luxo, de alto consumo, para transportar membros daquela elite, ostentando-lhes o poder; o veículo que está no último plano, um carro de mão, de madeira, apto a transportar os fardos de algodão e outros produtos, pode ser interpretado como um recurso de trabalhadores pobres, muitas vezes produtos de sua própria criação, para a batalha cotidiana pela sobrevivência.⁴

Separando os dois veículos existe um imenso abismo representado por todos os fardos do *ouro branco*, como a querer mostrar a impossibilidade da transição da propriedade de um veículo para o outro. Que ambos certamente têm algo em comum com aquele universo, mas, que não haja ilusões: os primeiros são signos dos beneficiários das vantagens proporcionadas por aquele produto; aos segundos caberão o esforço, a carga e o sofrimento para a realização da riqueza.

Se não há caminhos amplos, passagens que propiciem o acesso aos benefícios da riqueza por aqueles que não conseguem entrar neste universo, constroem-se, cotidianamente, vielas de difícil trânsito, salvo para aqueles suficientemente ousados ou destemidos. Pois, com toda essa riqueza exposta e tanta pobreza à sua volta, não surpreende que para muitos homens a opção fosse a criação de táticas capazes de contornar os obstáculos colocados pelos defensores daquela ordem. Assim agiram os “roubadores de buchas”.

Algumas poucas famílias campinenses fizeram fortuna com a exploração do promissor comércio internacional do algodão. Naturalmente seria de se esperar que tal empreendimento repercutisse positivamente na economia da cidade, contribuindo para o aporte de outras atividades capazes de atender às demandas por bens, serviços e modernização dos serviços públicos – quimera sempre perseguida e pouco satisfeita.

A divulgação da prosperidade vivenciada em Campina Grande desencadeou movimentos migratórios de populações da região polarizada por esta cidade, de demais localidades paraibanas e de Estados vizinhos.

Muitos dos que não conseguiram conquistar o seu espaço pelas vias formais impostas por este mundo de trabalho – ou que talvez não o tivessem desejado – aderiram a ele, atraídos pelo fascínio despertado pelo comércio campinense, ainda que isso lhes tenha custado caro na

⁴ Manuel Pessoa Mendes, em sua autobiografia, nos apresenta uma detalhada descrição deste veículo, falando-nos de um carro que o seu irmão, que o antecederia em Campina Grande, possuía: “O engenhoso veículo compunha-se de um caixão retangular, com quatro rodas de madeira, revestidas com tiras de pneus velhos. O eixo dianteiro, fixado numa peça móvel, permitia a direção, por meio de dois arames conectados a um volante, colocado na parte de trás. O condutor rinha que empurrar com uma mão e dirigi-lo com a outra. Dois pedaços de molas de automóvel propiciavam um certo molejo às rodas traseiras. Um estribo na parte posterior do caixote permitia ao condutor ficar de pé sobre ele, aproveitando a aceleração das descidas, quando o carro não precisava ser empurrado. Ai também havia um freio, acionado pelo pé, para controlar a marcha nos declives mais acentuados”. (MENDES, 1999:32). Nos dias atuais ainda é possível encontrar estes carros, em versões mais modernas, entre os carregadores nas feiras em cidades nordestinas, inclusive em Campina Grande.

medida em que os tornaram párias, ladrões, naquela sociedade retoricamente tão afeita às virtudes do trabalho.

A sociedade campinense criava, assim, os seus estranhos. Zygmunt Bauman defende a tese segundo a qual cada sociedade produz sua própria espécie de estranhos, que são os que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético daquele mundo. A sua presença, macula o que devia ser transparente, confunde o receituário de procedimentos para a ação impedindo a sua satisfação; ofende a alegria em voga com a sua angústia, e torna atraente o que é proibido; obscurece as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; gera a incerteza e causam a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável.

É nesse contexto que podemos entender a desconcertante aparição dos “roubadores de buchas”, uma categoria de indesejados naquela sociedade que, no dizer do bacharel Hortensio Ribeiro, se constituía numa “espécie delituosa até outro dia desconhecida em Campina”, realizada por uma “ultra-moderna casta de delinqüentes”.⁵ Sinais de novos tempos, próprios de cidades que lograram atingir certo grau de desenvolvimento. Tal “degenerescência” significava o “desejo malsão de lesar o seu semelhante, enriquecendo-se indebitamente”. A retórica de Ribeiro expressa o desejo de anulação desses estranhos.

Os “roubadores de buchas” – muito significativamente assim denominados por diretores da Associação Comercial de Campina Grande⁶ – “atacavam”, às portas da cidade, os caminhões carregados com a tão preciosa malvacea. A acreditar na exposição de Hortensio Ribeiro, podemos imaginar que esta era uma atividade de risco, considerando os perigos decorrentes de se abordar caminhões em movimento para rasgar-lhes as cargas e subtrair-lhes o produto. Era igualmente uma atividade que requeria organização e estratégia: haveria a necessidade de outros para dar suporte àqueles que atacavam os caminhões; para receber e reacomodar as buchas (que eram as porções de algodão subtraídas às cargas destinadas à cidade). Daí o recrutamento de crianças miseráveis para tal serviço, fato que alarmou o bacharel Hortensio Ribeiro, que lamentou e destacou-o como tragédia: uma nova modalidade de crime sendo praticada pela infância abandonada.

Ribeiro avalia que a cidade atraía certas perversões, anomalias, extravagâncias e vícios próprios das sociedades requintadas do Ocidente. Ribeiro aponta os responsáveis pela

⁵ Veja-se “Os roubadores de buchas”, artigo publicado no jornal Voz da Borborema, Ano II, n. 67, 14 de setembro de 1938, p. 1.

⁶ Ao final do citado artigo Hortensio Ribeiro que, com o objetivo de mostrar a “veracidade e extensão do escândalo”, anexou uma solicitação oficial da Associação Comercial de Campina Grande endereçada ao Dr. José de Farias, juiz de menores da comarca da cidade, de quem exigem o encarceramento dos menores delinqüentes, “para o decoro da justiça de menores e do próprio poder público, pondo termo a tal situação”.

situação que tanto o incomodava: certos elementos deletérios trazidos no enxurro da superpopulação.

A degradação, enfim, do sentimento e do caráter pela ausência da Fé que ameaçam engolfar a terra onde nascemos, por maior que seja o nosso otimismo e indulgência – constituem avisos e advertências para que as forças vivas da sociedade campinense se ponham em guarda contra o invasor inimigo, aliás conduzidos às nossas plagas por certos elementos deletérios trazidos no enxurro da superpopulação.

Hortensio Ribeiro, um dos maiores apologetas deste modelo de modernização, pedra angular das grandezas e progressos campinenses, mostrava-se agora aturdido diante de uma situação que ele próprio contribuira para solidificar. Nervoso e amedrontado, agora conclamava os seus pares sociais para fazerem frente ao inimigo comum, esquecendo, talvez, que aqueles invasores, elementos deletérios, aquele enxurro de excedente populacional que lhe afligia, não era nada mais nada menos que o resultado direto das esperanças no modelo de progresso, desenvolvimento e civilização encarnados em Campina Grande – a cidade do algodão, rainha da Borborema –, que ele ajudara a semear.

Em sua aflição, ele nos lembra que tal modelo de desenvolvimento e progresso, tão promissor aos olhos dos seus beneficiários, não favoreceu a uma imensa parcela dos moradores desta cidade, como deixavam subentender certos escribas deste progresso, ao associarem a riqueza ali produzida à cidade, como se ela pertencesse a todos. Definitivamente não pertencia.

Referências

- ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Un Arte Médio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*. Versión castellana de Tununa Mercado. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Volume I: As Estruturas do Cotidiano*. Tradução: Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande, Caravela, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
- MENDES, Manuel Pessoa. *O Menino de Tracunhaném*. Brasília, Thesaurus, 1999.